

EDUARDO LOURENÇO

Do Colonialismo como Nosso Impensado

Organização e Prefácio
Margarida Calafate Ribeiro
e Roberto Vecchi



gradiva

© Eduardo Lourenço/Gradiva Publicações, S. A.

Organização e prefácio **Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi**

Revisão de texto **Sara Lutas e Catarina Ogando Pereira**

Capa **Armando Lopes**

Fotocomposição **Gradiva**

Impressão e acabamento **Manuel Barbosa & Filhos, L.^{da}**

Reservados os direitos para a língua portuguesa por
Gradiva Publicações, S. A.

Rua Almeida e Sousa, 21 – r/c esq. • 1399-041 Lisboa

Telefone 213 933 760 • geral@gradiva.mail.pt

 www.gradiva.pt

 [gradiva.publicacoes](https://www.facebook.com/gradiva.publicacoes)

 [@gradivapublicacoes](https://www.instagram.com/gradivapublicacoes)

1.^a edição **Abril de 2014**

3.^a edição **Março de 2024**

Depósito legal **528 770/2024**

ISBN **978-989-785-274-9**

gradiva

FUNDADOR **Guilherme Valente**

Projecto elaborado no âmbito da Cátedra Eduardo Lourenço,
Camões/Universidade de Bolonha.

NOTA

Por opção dos organizadores da obra, o texto «10 anos
de impensado, 50 anos de democracia portuguesa»
obedece ao Novo Acordo Ortográfico.

À memória de Ernesto Melo Antunes
A António Lobo Antunes



Índice

40 anos de atraso — <i>Nota prévia de Eduardo Lourenço</i>	9
10 anos de impensados, 50 anos de democracia portuguesa — <i>Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi</i>	13
A paixão pelo impensado — Nota editorial de 2014 — <i>Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi</i>	23

LIMIAR: CONTORNOS E IMAGENS IMPERIAIS

Colonialismo e boa consciência: o caso português	31
Brasil: caução do colonialismo português	33
A França em questão — o fim da liberdade como boa consciência	48
O supremo pecado do racismo	78

I

CRÍTICA DA MITOLOGIA COLONIALISTA (DÉCADA DE 60 ATÉ 1974)

O preto no branco.....	83
As contradições da mitologia colonialista portuguesa...	93
Mitologia colonialista e realidade colonial	131
Ideologia multirracista ou defesa do « <i>Apartheid</i> »?...	147
Conversa pátria.....	151

Manifesto anticolonialista	155
Situação africana e consciência nacional.....	159
O silêncio português e a crise colonialista: carta aberta à classe dirigente	206

II

NO LABIRINTO DOS EPITÁFIOS IMPERIAIS (1974/1975 E DEPOIS)

Quantas políticas africanas temos nós?.....	211
A africanização	225
A congoangolização — Adeus a um império que nunca existiu.....	234
O Labirinto da Saudade — O Labirinto da Colonização	245
« <i>Requiem</i> » por um Império que nunca existiu.....	254
Ressentimento e colonização ou o complexo de Caliban	276
Um regime sem nome	285
Simplemente magistral	291
Religião, ética e política ou os bispos retornados.....	299
Apelo ao(s) retornado(s)	310
Da não-descolonização.....	318
Da ficção do império ao império da ficção.....	322

III

HERANÇAS VIVAS

Crise de identidade ou ressaca imperial?	339
Trinta anos de política portuguesa 1969-1999 (do pesa- delo azul à orgia identitária).....	351
Portugal: identidade e imagem.....	364
A Europa no imaginário português.....	375
A última festa da Europa.....	390
A morte de Colombo	394
Quinhentos anos	404
Celebremos o Brasil	408

10 anos de impensados, 50 anos de democracia portuguesa

Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi

Foi um gesto que só mais tarde compreendemos.

Em 2014, a organização do volume *Do Colonialismo como Nosso Impensado* parecia uma aventura científica, no âmbito de um projeto relativamente linear de reedição da obra do Professor Eduardo Lourenço, executado dentro de uma prática convencional de trabalho editorial. Com o nosso modesto apoio ao Professor, a edição da obra foi antes uma experiência única e seminal.

O projeto estruturou-se a partir de um intenso diálogo com ele — que, aparentemente externo, acompanhava constantemente cada ideia e decisão — e teve momentos de forte intensidade. Foi encerrado no fim de novembro de 2013, na clínica em Lisboa onde Annie, a companheira de uma vida, estava hospitalizada, já no

limiar da morte. Apesar da severidade das circunstâncias, Eduardo Lourenço nunca deixou de ser gentilíssimo e paciente nos esclarecimentos e no apoio ao projeto. O último diálogo, antes de encerrar o manuscrito, foi na sala de televisão da própria clínica, e tudo foi atenta e criativamente discutido. A presente edição mantém algum pó da memória deste momento final e doloroso da organização do volume de 2014.

A edição de então foi realizada a partir de uma discussão que procurava resolver um nó crítico complicado e, em certo sentido, permanente da obra de Eduardo Lourenço: a tentativa de uma organização linear dos textos articulada com a cronologia da sua escrita. A razão desta verdadeira aporia da sua obra é simples. Quem conhece e tem experiência dos textos de Eduardo Lourenço sabe que a grande qualidade do seu pensamento, exímio no aproveitamento máximo da forma do fragmento e do inacabado, não é a linearidade, nem obedece a uma lógica sequencial. O seu texto é antes de tudo resultado de um movimento de *corsi e ricorsi*, marcado por uma escrita obsessivamente reescrita, que se preenche por acumulação e não por linhas de força. Tem origem, não no plano metafísico, mas nas solicitações contingentes que resultam de uma atenta e curiosa visão e habitação do mundo e de uma intensa vivência do tempo presente, ou surgem sob a forma de uma ideia reativa motivada por uma leitura, ou por um confronto com outro pensamento.

Os livros de Lourenço têm uma morfologia própria, baseada não num projeto previamente traçado, mas numa tensão de economia do fragmento. Trabalhado, reconstituído e atualizado a partir de uma sincronia e de uma moldura próprias, os vários fragmentos ga-

nham um sentido global, tornando-se, por combinação e vizinhança com outros, espaços textuais geradores de novas relações, e, portanto, de obra.

A própria gênese dos conceitos, por exemplo, do conceito de «impensado», não é linear. Trata-se também de um objeto composto que foge a definições imediatas. Numa dinâmica que diríamos ser a da heterodoxia, definida no texto-manifesto do volume de estreia, em 1949, o impensado constitui-se como um conceito, pelo modo interpretativo. Dentro de uma taxonomia definidora, poderia ser considerado antes e, num sentido técnico, um dispositivo, que surge na sombra da figura dominante de Salazar.

O momento matricial do processo que levará Lourenço à definição de um amplo substrato crítico das suas obras mais famosas (como a dorsal «Psicanálise mítica do destino português») passa pela experiência do Brasil. Os aprofundamentos desenvolvidos em 2023, ano do centenário do seu nascimento, concentraram-se muito sobre o aspeto do tempo brasileiro como um tempo seminal e de construção de pensamento a partir do contacto que ocorre *de visu* com os restos do império de Portugal, no Nordeste do Brasil, na Bahia onde lecionou em finais da década de 50 do século passado. Dir-se-ia, em síntese, que é uma paisagem brasileira com África ao fundo e que tem como elo de conjugação a trama de uma complexa reflexão sobre a identidade de Portugal marcada pelo duplo traço de força e de debilidade, um dualismo que impõe uma interrogação sistemática sobre a agónica e dramática experiência africana que assola o País.

A emergência do tema do impensado dá-se em França numa época em que Eduardo Lourenço, depois da aná-

lise meditativa desenvolvida ao longo da década de 60 e começo da de 70, encontra a voz lúcida e firme que enforma a sua crítica sofisticada e fundamentada ao «Antigo Regime», redigida como uma reflexão íntima e não destinada à publicação. França é aqui um espaço fundamental com a sua democracia fortemente perturbada pela guerra da independência da Argélia. Estes textos são materiais não finalizados, simultaneamente pontuais e provisórios como se lê em nota no ensaio «Situação africana e consciência nacional», publicado num pequeno volume em 1976. Diz-se assim: «estas reflexões fazem parte de um ensaio escrito entre 1961 e 1963 e conservado inédito por motivos óbvios, dedicado ao problema do colonialismo português».

No quadro do pós-25 de Abril é nesta dinâmica não linear que o impensado é nominado e que é exposta a figura arqueológica e obsessiva de Eduardo Lourenço: Salazar, como mito e questão.

Enquanto referência direta, o impensado coagula-se na época de redemocratização de Portugal num texto com um título paradoxal e provocador, «O fascismo nunca existiu», acabado em Vence em 25 de janeiro de 1976 e publicado dias depois, em finais de janeiro, no *Jornal Novo*. Um texto que dará o título ao volume publicado no mesmo ano, que reúne 27 ensaios, alguns canónicos do pensamento de Eduardo Lourenço.

O dispositivo do impensado vai-se reforçando noutros textos, como em «Do Salazarismo como nosso impensado. Divagação anacrónica ou ainda não», que dá visibilidade ao conceito esboçado na década anterior, e que é publicado, a convite, no jornal *Semanário*, em 23 de janeiro de 1988. Como frequentemente ocorre, o Professor retoma excertos do passado, reestrutura-os e

confere-lhes uma nova direção. É o que ocorre em 1991, no número 9 da revista de reflexão crítica *Finisterra*, onde retoma o texto de 1988, apaga a referência ao impensado do título, converte o subtítulo em título, «Divagação anacrónica (ou ainda não)», reduz as epígrafes e altera ligeiramente a pontuação com pequenas adaptações. Na verdade, pela data (1987), este texto parece antecipar a referida publicação no *Semanário*. E há um acréscimo fundamental numa nota em que se especifica o seguinte: «Este texto destinara-se a servir de prefácio a uma série de reflexões intitulada ‘Monólogo(s) sobre Salazar’ escritas durante a vigência do Antigo Regime.»

Quando no texto da *Finisterra* se referia o não-diálogo ou o diálogo impossível com Salazar, Lourenço remetia para outros textos escritos «que de certo nunca verão a luz sobre a 'Rebelião africana e a consciência nacional', uns e outros devorados pela História e seus presentes implacáveis». Nesta observação, enterrada nos tempos do salazarismo, capta-se a conexão dos impensados, entre o salazarismo e o colonialismo como os impensados portugueses. Em embrião, inscreve-se o projeto a vir, e que se concretiza na recolha dos escritos sobre o colonialismo, saído em 2014, sob o título *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, e que, ironicamente, Eduardo Lourenço definia como «o meu primeiro livro póstumo».

De facto, o impensado acaba por se tornar uma espécie de ferramenta interpretativa de síntese que reúne, como sempre ocorre no pensamento do Professor, muitas outras ideias e conceitos. O impensado como ideia exige pensamento perante um objeto ou um problema que se naturalizou, tornando-se invisível. Antes de tudo, pensar o impensado é um exercício de autgnose, de

reflexão dirigida ao ser português a partir da própria pertença. Trata-se portanto de um pensamento elaborado frente a um objeto, Portugal, cuja exegese impõe uma inovação constante dos modos como se interpreta. Realiza-se a partir de um eu que se interroga e forma um pensamento crítico próprio perante si e o mundo.

Antes de ser um conceito por definir, o impensado é um objeto por focalizar, pois coincide com uma parte consistente do sujeito crítico. Ao mesmo tempo acaba por ser um dispositivo que condensa em si outros conceitos da oficina crítica de Eduardo Lourenço que se desenvolvem e se reconfiguram dentro de um pensamento em constante renovação. O impensado colonial entrelaça-se, por exemplo, com uma outra ideia inicial associada à experiência colonial de Portugal, como a de um colonialismo «inocente».

Em «Brasil: caução do colonialismo português», preparado por ocasião das Comemorações Henriquinas e que conhece uma primeira publicação no Brasil, no jornal de oposição portuguesa *Portugal Livre*, em 1960 e, depois, republicado pós-Cravos em *O Fascismo Nunca Existiu*, de 1976, encontramos já a conexão entre salazarismo e colonialismo a partir do tópico implícito (e irónico) da «inocência».

Assinale-se que ironia, paradoxos, figuras de contraste como quiasmos ou oxímoros tecem a teia do discurso de Eduardo Lourenço: a inexistência do fascismo (e do colonialismo) dentro das malhas do impensado é o testemunho mais eloquente desta formulação. A desmontagem da inocência colonial é cirúrgica nesse ensaio:

O terrível é que as nossas famosas campanhas se situam quando o escravagismo começava a ser reabsorvido por um século liberal. E desde então a imagem não mudou. Nem

ela nem a inocência de estado dos portugueses, a quem Deus confiou os «pretos» de toda a Eternidade para lhes mudar a alma já que a pele é impossível. E tudo serve ao colonialista português para se sentir «inocente», desde o amor (relativo) a essa pele até à palmatoada administrativa, maneira piedosa da nossa conhecida sensibilidade. Enfim, crianças...

Poderia parecer uma aguda imagem interpretativa e isolada, estando uma parte da força crítica do Professor muito ligada às imagens como centro de irradiação de ideias e pensamentos. Mas se em *Do Colonialismo como Nosso Impensado* retomarmos um outro texto também facilmente datável, no tempo da articulação das descolonizações, como «Apelo aos(s) retornados(s)», de 1976, percebemos como a ideia de inocência colonial desempenha uma função essencial na análise dos colonos que estão a deixar as terras africanas, depois da independência:

Com maior ou menor inocência (depende dos casos) os colonos foram entretidos na miragem improvável, se não utópica (subproduto da mais clássica versão do nosso colonialismo inveterado de que os nossos descolonizadores supunham estar imunes), de que lhes estava assegurada em África uma permanência de tipo brasileiro...

Os exemplos ilustram um aspeto a que se acenava por alto no início: apesar do inacabado, do fragmento como símbolo de abordagens assistemáticas de assuntos, Lourenço constrói o seu léxico crítico e, através dele, alimenta uma coerência de discurso, densa e de longa duração.

Estes são elementos que permitem pensar na obra do Professor não como uma dispersão fragmentária

sem unidade, o esplendor do caos noutros contextos evocado, mas, como afirma José Gil, como um «plano de pensamento» ainda que este não coincida com um sistema filosófico puro.

Na presente reedição do volume *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, que atualiza o projeto e integra novos textos, confirmando a natureza de uma obra em permanente construção, tentamos manter a fidelidade ao volume de 2014 que tinha sido aprovada pelo autor em vida. Por isso, ao lado da «Nota prévia — 40 anos de atraso», escrita pelo Professor para acompanhar a coletânea, deixamos também a nossa nota editorial da época, «A paixão pelo impensado», que explicava algumas das opções editoriais realizadas, que permanecem na presente edição e que se reforçam, em particular na secção inicial, Limiar, com a introdução de um texto fundamental na geopolítica do pensamento de Eduardo Lourenço — a Europa, e em particular a França, no momento essencial de questionamento da sua matriz republicana e democrática que foi o tempo da Guerra da Argélia e das suas continuidades na sociedade francesa.

Os textos originários foram revistos de acordo com os manuscritos, tão meticulosa e generosamente arrumados por João Nuno Alçada no acervo da Biblioteca Nacional, e a anotação dos novos textos assinala o acréscimo póstumo em relação à primeira edição. Mantemos e reforçamos com novos textos a sequência com que, desde a primeira edição, organizamos os ensaios a partir de um eixo temporal constituído por quatro partes: um limiar com os contornos das imagens imperiais, seguido pela crítica da mitologia colonialista, os epitáfios imperiais e, para finalizar, a parte que chamamos de heranças vivas, na linha de Ernst Bloch das

heranças deste tempo, em que mostramos a perspicaz e honestíssima visão da permanência do «pó colonial» no nosso contemporâneo, bem como a potencialidade que as suas dobras têm na permanência e no contraponto com a obra de Eduardo Lourenço.

A republicação deste volume esgotado, como tantas vezes ouvimos ao longo de 2023 nos muitos eventos do centenário do nascimento de Eduardo Lourenço, não só em Portugal, mas também noutros países da Europa e no Brasil, reclama uma reedição capaz de tornar acessível um discurso original e único, precocemente «pós-colonial». Pretende também afirmar um aspeto que nos parece crucial. Os 10 anos de *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, na verdade numa longa história do pensamento e dos impensados de Portugal que Eduardo Lourenço praticou ao longo de uma exemplar experiência de reflexão crítica, coincidem plenamente com os 50 anos da Revolução de Abril, que assinala o encontro de Portugal com a liberdade e a democracia depois da longa e escura noite de mais de 40 anos de salazarismo e de Estado Novo.

Eduardo Lourenço foi também um crítico exigente das contradições do novo processo saído do 25 de Abril de 1974, ao mostrar, em particular, a permanência do irrealismo como filtro da realidade que emergia, afirmando, com insistência, a imprescindibilidade da democracia e da frágil moldura europeia em que se refletiria, como espelho singular, Portugal nas suas complexidades e debilidades.

Republicar os 10 anos deste *impensado português* na circunstância dos 50 anos da Revolução dos Cravos, que resgatou a plenitude do tempo português, permite-nos um exercício de cidadania e de democracia ao

mostrar que a Revolução dos Cravos foi mais do que um instante encantado: foi sobretudo o resultado de um longo, violento e acidentado percurso de pensamentos, resistências, ideias tenazes que se metamorfosearam no tempo único e inapagável da emergência da Democracia e da Liberdade, e que hoje atualizamos neste dia inicial que é sempre o 25 de Abril, em que comemoramos a esperança e o futuro.

Uma nota final de agradecimento ao João Nuno Alçada, incansável arquivista dos textos do Professor, à Mónica Silva, pelo seu apoio inicial, e a Bruno Machado, pelo seu apoio final. Agradecemos também o acompanhamento e o estímulo dos Doutores Guilherme de Oliveira Martins e José Carlos Vasconcelos. O apoio de instituições como a Fundação Calouste Gulbenkian e do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, através da Cátedra Eduardo Lourenço (Camões-Università di Bologna), foi indispensável para a realização deste projeto.